



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Coordenadoria de Planejamento, Gestão Estratégica e Orçamento

## Relatório de Desempenho da Gestão Resultados Físicos e Financeiros – 2015

PROGRAMA AÇÕES SUBAÇÕES	DOTAÇÃO AUTORIZADA	DESPESA LIQUIDADADA	% DESPESAS LIQUIDADAS / DESPESA AUTORIZADA	PRODUTO	META FÍSICA PREVISTA	META FÍSICA REALIZADA	COMENTÁRIOS	INDICADOR DO PROGRAMA
0577 - Celeridade e Efetividade da Prestação Jurisdicional								
1.1 4428/A585 - Prestação Jurisdicional/Celedade e Efetividade Jurisdicional dos Juizados Especiais	9.567.700,00	7.240.997,58	75,68%	Proc. Julgado	120.000	129.984	Em 2015 o desempenho em percentual alcançado em relação à meta física determinada foi de 108,32%, destacando-se que em termos quantitativos o número de processos julgados superou em quase 10 mil julgamentos além da meta estabelecida.  Quanto à execução orçamentária, obteve-se um percentual de 75,68%.	Nº de Processo Julgado
1.2 4428/A586 - Prestação Jurisdicional/Celeridade e Efetividade da Prestação Jurisdicional do 1º e 2º Graus do Poder Judiciário	863.348.941,80	854.592.004,03	98,99%	Proc. Julgado	450.000	339.863	Em 2015 o desempenho em percentual alcançado em relação à meta física prevista foi de 75,52%.  Quanto à execução orçamentária, obteve-se um percentual de <b>98,99%</b> .	Nº de Processo Julgado
2.1 4644/C155 - Operacionalização das Atividades da Escola Judicial	2.300.000,00	1.760.765,09	76,56%	Capacitação	2.960	4.156	Em 2015 o desempenho em percentual alcançado em relação à meta física prevista foi de 140,40%.  No que se refere ao valor executado e o percentual de execução em relação ao previsto no orçamento, destaca-se que se atingiu aproximadamente 76,56%.	Pessoa Capacitada



# Relatório de Desempenho da Gestão

## Ações Promovidas em Busca do Cumprimento da Missão Institucional e Desempenho da Gestão - 2015

### 1. Expansão e Consolidação do Processo Judicial Eletrônico – PJe

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) reconheceu o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), maior usuário do Processo Judicial Eletrônico (PJe) entre os demais Tribunais da Justiça Estadual. Objeto de meta prioritária deste Poder, a implementação plena da ferramenta em todas Comarcas está prevista para o ano de 2017.

Unidades de trabalho com implantação do sistema PJe em 2015: 50

### 2. Instalações de Unidades de Trabalho

- 2.1. 2ª Vara Pública da Comarca de Jaboatão dos Guararapes.
- 2.2. 25º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo da Capital.
- 2.3. 3ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca da Capital.
- 2.4. 3º e 4º Juizados Especiais da Fazenda Pública na Capital.
- 2.5. Vara dos Executivos Fiscais da Comarca de Jaboatão dos Guararapes.
- 2.6. Vara Criminal de Belo Jardim.
- 2.7. Vara Regional da Infância e Juventude da Comarca de Santa Cruz do Capibaribe.

### 3. Construção de Novos Fóruns

Fórum de Serra Talhada  
Fórum de Arcoverde  
Fórum de Quipapá

### 4. Política de Valorização do Idoso

Com o objetivo de reduzir pendências de conflitos que envolvessem cidadãos com 60 anos de idade ou mais, a fim de garantir a prioridade legal, foram promovidas as ações:

- 4.1. I e II Quinzenas Pernambucanas Conciliação e Apoio ao Idoso – pela Central dos Juizados Especiais Cíveis da Capital

Resultado da I Quinzena:



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Coordenadoria de Planejamento, Gestão Estratégica e Orçamento



Audiências - 45  
Acordos - 24  
Indenizações - R\$ 28.128,26

Resultado da II Quinzena:  
Audiências - 492  
Acordos - 398  
Indenizações - R\$ 245.157,98

- 4.2. Extinção do Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo do Idoso  
Justificativa: os processos que tramitaram nessas unidades passaram a ser distribuídos equanimemente para os Juizados Especiais Cíveis e das Relações de Consumo da Capital, respeitada a prioridade, visando-se reduzir o tempo da duração da tramitação e assegurar a especialidade.

## **5. Nomeação e Posse de Servidores**

Nomeados - 370  
Posses – 226

## **6. Incentivo Salarial aos Magistrados e Servidores**

### **6.1. Aos magistrados:**

- 6.1.1. Concretização de concurso para 30 cargos de Juiz Substituto.  
6.1.2. Redução de Diferença de Entrância – criada pela Lei Complementar 303/2015 de 1º de julho de 2015.

### **6.2. Aos servidores:**

Progressão Funcional – criada pela Lei 15.539/2015 e regulamentada pela Resolução nº 381/2015, deste Poder.

## **7. Boas Práticas para a Celeridade Processual**

São ações com o objetivo de assegurar a razoabilidade da duração do trâmite do processo físico por meio da redução de pendências de procedimentos inerentes às Secretarias, em persecução à Meta 2/2015 do CNJ.

### **7.1. Central de Depoimento Acolhedor de Caruaru.**

- 7.2. Central de Flagrantes da Capital  
Estatuída pela Lei Complementar nº 310 de 09 de dezembro de 2015, a central presta o Serviço de Plantão de Flagrantes, originado do Projeto Nacional das Audiências de Custódia do CNJ. Regulamentado neste Poder pela Resolução nº 380 de 10 de agosto 2015, publicada do Diário de Justiça



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Coordenadoria de Planejamento, Gestão Estratégica e Orçamento



Eletrônico (DJe) do dia 12 de agosto do mesmo ano, o serviço viabiliza a ouvida de pessoa presa em flagrante delito e a análise dos procedimentos da prisão, para evitar eventuais excessos e ilegalidades em detrimento do direito de resposta ao processo em liberdade.

7.3. Central de Agilização Processual de Petrolina.

7.4. Central de Agilização Processual de Caruaru.

7.5. Regime Diferenciado de Trabalho – RDT

Instituído pela Portaria nº 52/2015, a dinâmica se dá pelo deslocamento dos servidores da Capital a partir dos setores da lotação de origem, para a Central de Agilização Processual da Capital. A Central, por sua ordem, lota os nas varas judiciais da Comarca. A vigência do regime é de 1º de outubro de 2015 a 31 de janeiro de 2016.

Resultado da ação em 2015:

Deslocamento de servidores - 84

Documentos juntados aos autos - 1.000

Processos arquivados definitivamente - 10.000

7.6. Implantação da Diretoria Cível de 1º Grau da Comarca do Recife  
Trata-se da concentração no setor, da prática dos atos eletrônicos de competência das Secretarias das Varas Cíveis da Capital.

7.7. Implementação da obrigatoriedade da distribuição dos novos processos das Seções A e B das Varas Cíveis, por meio do PJe.

7.8. Mutirões

Fomentadores da cultura conciliatória às demandas judiciais, reduzem o congestionamento dos feitos em tramitação, asseguram a razoabilidade da duração do processo e, fundamentalmente, coíbem a prescrição da pretensão punitiva do Estado.

7.8.1. Comarca de Recife

7.8.1.1. 1ª e 2ª Varas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Capital

Período: 06/10/2014 a 04/04/2015 – Ato nº 1004/2014 (DJe 15/10/2014).

7.8.1.2. 1ª e 2ª Varas dos Executivos Fiscais Municipais da Capital

Período: 27/09/2014 a 25/03/2015-Portaria nº 55/2014 (DJe 25/09/2014).

Período: 27/09/2014 a 21/09/2015-Portaria nº 14/2015 (DJe 23/03/2015).

Período: 21/09/2015 a 31/01/2016-Portaria nº 53/2015 (DJe 16/09/2015).



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Coordenadoria de Planejamento, Gestão Estratégica e Orçamento



- 7.8.1.3. 1ª Vara Regional da Execução Penal do Estado  
Período: 22/01/2015 a 20/07/2015 - Regime Especial-  
Ato nº 28/2015 (DJe 22/01/2015).
- 7.8.1.4. Central de Agilização Processual  
Período: 06/04/2015 a 30/05/2015 – Ato nº 331/2015  
(DJe 06/04/2015).  
Período: 31/05/2015 a 29/07/2015 – Ato nº 577/2015  
(DJe 02/07/2015).  
Período: 30/07/2015 a 25/01/2016 – Ato n.º 940/2015  
(DJe 28/09/2015).
- 7.8.2. Comarca de Jaboatão dos Guararapes - 1ª e 2ª Varas do  
Tribunal do Júri.  
Período: 24/12/2014 a 01/02/2015 - Ato nº1459/2014 (DJe  
19/12/2014).  
Período: 02/02/2015 a 30/06/2015 – Ato nº 149/2015 (DJe  
10/02/2015).  
Período: 1º a 31 de julho de 2015 - Ato nº 579/2015 (DJe  
06/07/2015).
- 7.8.3. Bonito.  
Período: 03/11/2014 a 01/05/2015 - Ato 1028/2014 (DJe  
27/10/2014).
- 7.8.4. Nazaré da Mata  
Período: 02/02/2015 a 31/07/2015 – Ato nº 135/2015 (DJe  
02/02/2015).  
Período: 01/08/2015 a 27/01/2016 – Ato nº 696/2015 (DJe  
03/08/2015).
- 7.8.5. Floresta  
Período: 14/09/2015 a 11/03/2016 – Ato nº 882/2015 (DJe  
14/09/2015).
- 7.8.6. Mutirão de Negociação Fiscal no Estado - Centro de  
Convenções de Pernambuco.  
Período: 15 a 20 de julho de 2015 – Ato n.º 610/2015 (DJe  
09/07/2015).  
Período: 21/07/2015–Ato nº 619/2015 (DJe 24/07/2015).  
Período: 22/07/2015 a 31/08/2015 – Ato n.º 770/2015 (DJe  
24/08/2015).
- 7.8.7. Itinerante – Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa  
Período: 09 a 13/03/2015 - Ato 232/2015 (DJe 05/03/2015).  
Período: 03 a 07/08/2015 – Ofício Circular n.º 19/2015 da  
Presidência do TJPE.  
Período: 30/11/2015 a 04/12/2015 – Ofício Circular n.º 45/2015  
da Presidência do TJPE.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Coordenadoria de Planejamento, Gestão Estratégica e Orçamento



**7.9. Secretaria Remota**

Centraliza exclusivamente feitos que tramitam via PJe nos Juizados Cíveis do Estado, para cumprimento de despachos, decisões e sentenças, ficando reservada às Secretarias dos Juizados, a confecção dos atos da espécie originados dos processos físicos.

**8. Ações da Coordenadoria da Infância e Juventude do Estado**

**8.1. Programa Acolher**

Busca a garantia do direito à convivência familiar e comunitária de crianças em situação de vulnerabilidade psicossocial, coibindo práticas de abandono, entrega informal e adoção ilegal de crianças.

8.1.1. Capacitações para atuação no programa: 322 pessoas (162 do quadro do TJPE e 160 da Rede de Proteção Social)

**8.1.2. Entrega Voluntária da Criança**

A Portaria n.º 003/2015 da Coordenadoria da Infância e Juventude do Estado - recomenda procedimentos a serem adotados por ocasião da entrega voluntária da criança pela genitora, no âmbito das Varas da Infância e da Juventude, a fim de garantir o efetivo direito aos convívios familiar e comunitário do menor.

8.1.3 Apresentação do programa às profissionais teleatendentes do serviço 0800 da Secretaria da Mulher do Governo do Estado.

8.1.3. Apresentação do Programa na Comarca de Santa Cruz do Capibaribe.

**8.2. Projeto Família, um Direito de toda Criança e Adolescente.**

Visa assegurar dignidade e cidadania às crianças e adolescentes com faixa etária elevada, que se encontram nas instituições de acolhimento em decorrência de julgamentos de destituição do poder familiar, sem nenhuma perspectiva de adoção.

Incluídos (ativos) - 38

Desligamentos - 33

**8.3. Projeto de Prevenção à Institucionalização Prolongada.**

Acompanha as crianças e adolescentes que se encontram em instituição de acolhimento, subsidiando os Juízes e Promotores de Justiça das diversas Comarcas do Estado nos procedimentos para agilização das



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Coordenadoria de Planejamento, Gestão Estratégica e Orçamento



demandas judiciais de acolhimento institucional ou de suspensão e perda do poder familiar.

Crianças acompanhadas - 505  
Desligamentos - 145

8.4. Jornadas Pernambucanas.

Oportuniza a formação continuada e aperfeiçoamento do trabalho de magistrados e servidores na área da infância e juventude das Comarcas de todo o Estado.

Capacitações - 150 juízes

8.5. Formação para o uso do Cadastro do CNJ.

Capacitações - 185 servidores de 151 Comarcas

8.6. Júri Simulado – A Redução da Maioridade Penal no Banco dos Réus. Transmitido ao vivo no site do TJPE, simularam Magistrados, Deputados Federais, Secretário do Executivo, advogados, servidores e representantes da sociedade em geral.

**9. Implantação do Programa de Governança Diferenciada das Execuções Fiscais.**

De iniciativa da Corregedoria Nacional de Justiça, o Programa de Governança Diferenciada das Execuções Fiscais propõe a solução do congestionamento das demandas judiciais de dívidas fiscais contraídas por pessoas físicas e jurídicas, por meio do incentivo à quitação dos débitos. O TJPE foi considerado modelo da ação para todo o Poder Judiciário, diante dos resultados obtidos. Em parceria com a Prefeitura do Recife e o Governo do Estado, oportunizou-se ao inadimplente de tributos municipais e estaduais, a quitação das dívidas com descontos de até 90% sobre os juros e multas ou em condições especiais de parcelamento, e, conseqüentemente, o restabelecimento do crédito público.

Valor total estimado das negociações: R\$ 130.000.000,00

**10. Produtividade das Centrais de Conciliação, Mediação e Arbitragem.**

10.1. Audiências:

Designadas - 36.152

Realizadas - 25.210

Percentual de audiências realizadas - 69,73%

10.2. Acordos:

Realizados - 16.005

Percentual de acordos realizados - 63,49%

Valor total de acordos homologados - R\$ 165.915. 977,00





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Coordenadoria de Planejamento, Gestão Estratégica e Orçamento

Valor médio por acordo homologado - R\$ 10.366,51

10.3. Atendimento de pessoas: 52.248

**11. Produtividade da Casa de Justiça e Cidadania.**

A unidade objetiva promover o desenvolvimento em benefício do pleno exercício da cidadania.

Mediações judiciais - 223  
Atendimentos jurídicos - 745  
Atendimentos sociais - 151  
Encaminhamentos para outras instituições - 385  
Articulação de redes - 52  
Casamentos coletivos - 78 casais  
Eventos sociais – 2088

**12. Contingenciamento.**

Diante do cenário economicamente recessivo nas contas públicas do país, o TJPE adotou medidas de contingenciamento ao uso de recursos materiais e de pessoal, direcionando os gastos às necessidades prioritárias em proteção à prestação jurisdicional.

12.1. As medidas econômicas adotadas por meio de instrumentos normativos internos e Lei Complementar n.º 310 de 09 de dezembro de 2015, incidiram predominantemente sobre:

12.1.1. Remuneração proporcional ao tempo do exercício durante substituições eventuais de cargos comissionados e funções gratificadas com período maior que 30 dias;

12.1.2. Extinção da percepção de remuneração nos casos de substituições eventuais de cargos comissionados e funções gratificadas decorrentes de férias do titular;

12.1.3. Redução do valor correspondente à Gratificação de Incentivo à Produtividade destinada a servidores cedidos ao PJPE, por outros órgãos da administração pública direta ou indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

12.1.4. Extinção de 05 cargos comissionados.

12.1.5. Extinção de 05 funções gratificadas.





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Coordenadoria de Planejamento, Gestão Estratégica e Orçamento

- 12.1.6. Extinção de 180 cargos efetivos.
  - 12.1.7. Reorganização da estrutura do TJPE.
  - 12.1.8. Consumo de:
    - Água
    - Combustível
    - Energia
    - Internet
    - Telefonia
    - Materiais de limpeza e escritório
  - 12.1.9. Assinaturas e colunas de jornais.
  - 12.1.10. Uso dos Correios.
  - 12.1.11. Concessão de Diárias.
  - 12.1.12. Contratação de obra terceirizada.
  - 12.1.13. Concessão de passagens aéreas.
  - 12.1.14. Contratação de serviços gráficos e de imagens.
- 12.2. Valor estimado de economia: R\$ 97.800.000,00.

Shirley Maria Ramos Santos  
Secretaria da Coordenadoria de Planejamento, Gestão Estratégica e  
Orçamento

Zélia de Oliveira Lacerda Neves  
Chefe do Núcleo de Monitoramento e Avaliação de Resultados  
da Coordenadoria de Planejamento, Gestão Estratégica e Orçamento

Luís Eduardo Saraiva Câmara  
Coordenador de Planejamento, Gestão Estratégica e Orçamento